



República de Moçambique

--

Gabinete de Informação
Direcção de Informação e Comunicação

**Transcrição do Briefing de SEXA o Vice-Ministro da Educação e
Cultura e Porta-Voz do Governo, Dr. Luís Covane
Maputo, 10 de Julho de 2007**

Boa noite a todos.

Terminou, há momentos, a 17^a. Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, alargada à governadores provinciais, administradores distritais e outros quadros do partido convidados, e que teve como agenda dois pontos fundamentais (embora a agenda contemplasse cinco, mas estes dois são considerados essências):

1. O primeiro ponto foi a análise da matriz de tarefas e prazos resultantes das visitas presidenciais. E foi nesta discussão que se concentrou num documento, o qual continha as principais recomendações, constatações e acções a serem desenvolvidas pelos vários sectores, bem como as instituições responsáveis e os prazos. O balanço que esta matriz permite entendeu-se que não devia ser de natureza intelectual, mas um balanço para produzir resultados. Portanto, não é apenas uma reflexão em torno daquilo que foi constatado, mas também uma apreciação das recomendações do Presidente da República.

Isto pressupõe que as constatações, bem assim as recomendações, enquadram-se no que foi a campanha (as promessas) e, nesta fase de implementação do Programa Quinquenal do Governo, é importante que se façam exercícios para, efectivamente, as coisas acontecerem no terreno.

Quais são as principais questões tratadas neste Balanço?

Primeiro: o incumprimento (que nalgumas situações ganha um carácter sistemático) não deve ser o *modus operandi* deste Governo, pois, continuamos a nos guiar na “Promessa Feita, Decisão Tomada, Constatação Feita” e a acção dos sectores deve ser orientada no sentido da sua concretização, e que a planificação deve tomar em consideração as condições objectivas, para que ela não seja um exercício de simples alistamento de vontades, sem a consideração de recursos humanos, matérias disponíveis para a sua concretização.

Só que, aqui, coloca-se a questão de liderança, pois, um chefe devia fazer o esforço para ser um líder. Há diferença entre chefe e líder. Líder é aquele que arrasta consigo os colaboradores, aquele que é capaz de mostrar o caminho a ser seguido. Mas, um chefe, só domina as técnicas e o profissionalismo do seu trabalho.

A questão que consumiu mais tempo, em termos de debate, é a da descentralização dos órgãos de Estado ao nível central (para os ministérios), provincial e distrital. Já foi tomada, há bastante tempo, a decisão de que o distrito deve ser o pólo de desenvolvimento, e que os recursos devem ser canalizados para aqueles níveis. E um esforço deverá ser realizado no sentido dessa transparência ser acompanhada pela colocação de quadros de recursos humanos à altura dos desafios na base. Esta é uma questão fundamental, porque há momentos em que se verificam desencontros daquilo que está decidido, a nível central, e a execução, ao nível da província e, particularmente, do distrito.

E, como teria dito, essa reunião é alargada porque contou com a participação de governadores provinciais e os convidados permanentes, que são os vice-ministros e técnicos superiores da Presidência da República, membros da Assembleia da República,

membros da Comissão Política do Partido Frelimo, Membros do Secretariado do Comité Central do Partido Frelimo, Chefes de Departamento do Comité Central e Primeiros Secretários do Partido ao nível da Província, estiveram aqui reunidos, e é uma fase crucial ao meio do mandato (recordar que faltam dois anos e meio para o fim do mandato). Esta avaliação que se faz é para verificar até que ponto a nossa governação está a produzir os resultados que contribuem para o cumprimento do Programa Quinquenal do Governo.

2. O segundo ponto da agenda da sessão do Conselho de Ministros é um debate, que girou à volta da chamada “revolução verde”, que é o conceito, princípio e estratégia. O conceito de “revolução verde” não é uma inovação, já é prática em Moçambique e contempla a procura, a busca de soluções para o aumento da produção e da produtividade agrária. Mas, neste momento, e quando se trata da fome e pobreza absoluta, a revolução aparece atribuída à contribuição de todos os sectores, incluindo o sector privado. Mas, o objectivo final é transformar o camponês em agricultor comercial. Isto significa que todos os camponeses se transformaram em agricultores comerciais – pelo menos uma parte considerável. Quanto maior for o número, melhor. E, com a contribuição do sector privado, julgamos que a agricultura pode, a breve trecho, ganhar outros contornos.

Esta busca de soluções para o aumento da produção e da produtividade agrária se integra perfeitamente no nosso (do Governo) Programa Quinquenal 2005-2009. E esta busca assenta em alguns pilares a saber:

- Criação de condições para o acesso facilitado e uso racional de recursos (estamos a falar de recursos naturais e da agricultura, fundamentalmente).
- Acesso à tecnologias melhoradas, porque a produção exige de nós inovações, que vão fazer que um hectare produza muito mais daquilo que o camponês, nas condições normais, sem o benefício dos resultados da investigação, consegue.
- A outra dimensão, que é considerada outro pilar, são os mercados. A produção deve contribuir para responder a um conjunto de necessidades do produtor. O milho, feijão,

respondem algumas necessidades imediatas, mas já não respondem, directamente, questões relacionadas com a educação das crianças, a aquisição de outros produtos que o camponês não produz. Então, aí, falamos da comercialização e informação sobre mercados, que o produtor precisa. Esta é uma componente fundamental para galvanizar, animar os produtores que se engajem neste processo de mudanças.

- A outra dimensão que é necessariamente considerada para que esta “revolução verde” produza e encontre as pessoas certas, as pessoas encorajadas, é o acesso aos meios financeiros. Estamos a falar da banca e outras formas de fazer com que o camponês, o produtor, tenha acesso a essas facilidades para a aquisição dos meios necessários, com vista a acelerar e elevar a produção. Naturalmente, nada poderá acontecer se não se fizer um investimento sério na área dos recursos humanos. Estamos a falar da educação, da formação dos recursos humanos, que é uma vertente fundamental. Mas, tudo isso reafirma a importância do distrito como pólo de desenvolvimento, pois é no distrito que se faz a produção de alimentos e onde se desenvolve a produção virada para a comercialização, produção de rendimentos.

Passos iniciais para os próximos dois anos e meio deverão concentrar-se na aquisição de meios que assegurem a produção local de sementes. Quando falamos da agricultura, especialmente do tratamento da terra com meios mecânicos, meios disponíveis mas, principalmente, da utilização de semente melhorada, que eleva a produtividade dos nossos solos. Estamos a falar de um País com 36 milhões de hectares aráveis. Desses 36 milhões, os moçambicanos só aproveitam seis milhões e o espaço disponível (porque a “revolução verde” compreende também pecuária), Moçambique dispõe de 12 milhões de hectares de pastagem. Mas, o nível de aproveitamento é quase nulo. Desses 12 milhões, nós acomodamos, apenas, 1.2 milhões de cabeças de gado bovino, o que é insignificante. Em relação aos caprinos, andamos à volta de 4.3 milhões. Terra e água temos, contudo, os recursos humanos precisam de ser treinados; mercados nacionais e regionais precisam de agricultores organizados; os recursos financeiros precisam de ser mobilizados para o sucesso desta operação, que esperamos que seja a nossa maneira de fazer as coisas no futuro. Essa foi uma reflexão, foi um debate

bastante rico e, à partida, foram dadas instruções muito claras para se iniciar rapidamente com o *zoneamento* ao nível nacional, tomando em consideração que cada província deve conhecer perfeitamente os seus recursos. Deve ser *zonada* no sentido de se saber que tipo de produção se pode desenvolver naquela zona. Há províncias que dão para a produção do arroz e as que não dão, e vamos investir nessas que dão para o arroz, trigo, no futuro. Nós importamos o trigo, mas temos condições para a sua produção. Então, o *zoneamento* vai permitir que o Estado invista recursos nas zonas seleccionadas e nas pessoas que vão se beneficiar. Isto vai envolver financiamento em sementes, e outros insumos naquelas zonas.

Potenciar efectivamente a produção de um determinado produto significa especialização da produção agrícola, de acordo com a especificidade de cada zona, portanto, não forçar. Isto não significa que os camponeses serão proibidos de produzir certas culturas, mas o Estado vai direccionar os recursos para aquelas culturas que oferecem garantias de resultados que correspondam ao investimento feito para o sucesso da “revolução verde”.

É isto que queria partilhar convosco e posso responder algumas perguntas, caso as tenham (risos...)

Perguntas e Respostas

Pergunta (P): Senhor vice-ministro, referiu-se, na sua intervenção, que constataram “desencontros”. Poderia explicar melhor?

Vice-Ministro da Educação e Cultura (VMEC) – “Desencontro” é a expressão que encontrei no momento, mas o problema é que o processo de descentralização está em curso e é irreversível. Posso citar exemplo de um sector que conheço mais ou menos bem, que é o sector da educação: em relação à construção de salas de aula, o Governo está a descentralizar para as províncias, transferindo recursos e colocando, no terreno, capacidades humanas (quando falo de províncias, falo de capitais provinciais). Este processo deve passar para os distritos. E estamos a registar progressos, mas há atrasos em algumas províncias. Então, isso pode ser classificado como “desencontros”. Mas a verdade é que o processo é irreversível e deve ser acelerado.

P: Senhor vice-ministro, que medidas tomaram, de forma a ter a descentralização financeira?

VMEC - Não falarei de metodologias pouco adequadas no início desta cooperação. O entendimento, a vários níveis, do que seria descentralização de recursos estrangeiros, concordou-se que há uma fase em que os recursos eram transferidos do ministério das Finanças para o ministério sectorial e deste para o sector a nível da província. Portanto, o que se pretende, neste momento, é que os orçamentos das províncias deverão sair do ministério das Finanças para as províncias, sem necessariamente terem de passar do ministério de tutela, pois essa tramitação foi vista como a que vinha provocando atrasos. Mas, como estamos numa fase de implementação do SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), em que os meios informáticos vão permitir o acesso directo aos recursos, pensamos que as coisas vão ser facilitadas. Entretanto, nesta fase isso está sendo de forma experimental em alguns distritos e, ao nível das províncias, está sendo aplicado de uma forma bastante satisfatória.

P: Senhor vice-ministro, o Estado vai continuar a ter a Banca como parceiro?

VMEC - Falámos, como um dos pilares, que esse acesso ao serviço financeiro está sendo mobilizado para as necessidades da população e a banca é convidada a estar presente nesse esforço nacional. Moçambique tem na agricultura 75% da sua população. A agricultura é que contribui para a riqueza deste País. Ela deve ser assumida de forma gradual como uma oportunidade de negócio, mas o Estado, ao enveredar por esta via, terá que encontrar formas adicionais para que, de facto, este processo não encalhe por causa dos procedimentos que são observados noutras formas de financiamento.

P: Senhor vice-ministro, o balanço que foi feito é satisfatório. Mesmo assim, existem algumas províncias que, aparentemente, ficaram atrás?

VMEC- Esse exercício foi feito com base numa matriz. A matriz tem linhas de orientação, como constatação que foi feita durante a visita presidencial e, tudo o que está sendo feito, enquadra-se no cumprimento da recomendação feita pelo Presidente da República, face àquela constatação: acções a desenvolver pelos ministérios para resolver aquele problema constatado, a instituição responsável e os prazos. Portanto, o que aconteceu aqui, nesta

matriz que foi a chave de debate, não foi pegar província por província, apesar desse trabalho ter sido feito. Mas, as especificidades de cada província foram indicadas: os meios, as vias para essa função, tudo isso foi objecto de discussão nesta sessão de Conselho de Ministro.

P: Senhor vice-ministro, Qual é o mecanismo que o Governo promete adoptar para a nossa agricultura, tendo em conta que a estratégia está longe daquilo que se idealizou no Plano Estratégico, e qual foi a tónica do debate?

VMEC- Foi um debate bastante rico, que tocou os vários aspectos. O facto é que a nossa agricultura não oferece comida suficiente aos moçambicanos. Quando falamos de 36 milhões de hectares e que os moçambicanos passam fome, estamos a dizer que os moçambicanos só aproveitam seis milhões dessas terras e isso é um problema bastante grave. Temos terra fértil, água de qualidade abundante, mas não produzimos o suficiente para nos alimentar, promover riqueza e elevar a qualidade de vida dos moçambicanos. O exercício que está sendo feito é de encontrar uma saída para este problema e que passa, necessariamente, por um financiamento. Não podemos apostar numa agricultura que vai usar fertilizantes importados, quando esses adubos são produzidos localmente. Vamos tentar não depender das exportações. Mas coisas que não produzimos, quando falamos por exemplo, de tractores, essa é uma componente que, para o caso da produção comercial, deve ser complementada. A agricultura foi uma aposta do Governo. Quando falo de *zoneamento*, esse processo vai ser extremamente selectivo. Seleccionámos, por exemplo, uma determinada zona e vamos apostar nela. Os recursos terão que ser encontrados e, certamente, fará com que aquelas zonas, aqueles beneficiários, consigam pôr o programa em massa. Deste debate não se produziu nenhum Decreto, Proposta de Lei, nem uma Resolução de Conselho de Ministro. Foi, apenas, um debate que aponta vários caminhos e acredito que este assunto, como problema, já foi identificado. E já se sabe quais são as diferentes formas de curar esta enfermidade. E que passa, necessariamente, pela dimensão financeira. O Governo vai ter que encontrar uma forma de estimular e incentivar aqueles que estiverem nessa frente.

P: Senhor vice-ministro, Falou de 12 milhões de hectares de terras...qual foi a abordagem do debate? Há perspectivas de aumentar?

VMEC - Temos que aumentar, pois os moçambicanos precisam de leite, carne, de grande quantidade e qualidade. Temos que aumentar não só a

ocupação, como melhorar nos alimentamos. É exactamente por isso que a parte da pecuária joga um papel fundamental nesse projecto.

P: Senhor vice-ministro, qual é a situação actual relativamente à planificação e desenvolvimento?

VMEC: - Os efectivos estão a aumentar mas nós não estamos satisfeitos com os números que hoje temos. Contudo, desde o fim da guerra de destabilização para cá, os números subiram e continuam a subir, mas queremos mais, porque há condições naturais para acomodar mais números.

P: Coloco esta questão por causa dos meus colegas, que passaram por algumas províncias e notaram que não havia orientações claras acerca da planificação.

VMEC - Estamos num bom caminho. Estar num bom caminho significa que o ministério das Finanças e do Plano e Desenvolvimento, ao nível da província com descentralização de quadros, estão em condições de recrutar técnicos superiores para trabalhar nas direcções provinciais. Estão em condições de fazer planificação a nível provincial e, igualmente, estão em condições de receber directamente os recursos a esse nível, o que não acontecia no passado. Isto significa que as províncias estão a jogar um protagonismo que toma em consideração as condições específicas, em termos de áreas de intervenção.

P: Senhor vice-ministro, qual é a perspectiva do Governo em relação à descentralização dessa planificação?

VMEC- Isso foi reiterado e esclarecido. O problema é que as orientações são claras, mas há problemas de compreensão, em algumas províncias, porque o nível de tratamento do mesmo assunto era diferente. Havia diferença numa determinada província em relação à outra. Por exemplo, na área de manutenção de estradas, há operações muito pequenas na estrutura do asfalto, como, por exemplo, cortar capim nas bermas da estrada. Noutras províncias tem que se submeter, fazer concurso público para se adjudicar à uma empresa essa operação de corte de capim. Mas, noutras províncias isto é feito directamente e havia já uma orientação nesse sentido. As províncias podem trabalhar nesta linha. São esses pequenos arranjos que encontros desta natureza ajudam a esclarecer, ajudam a passar a informação e estamos todos a aprender. Este é um assunto bastante delicado de transferência de

recursos de competência para níveis que no passado estavam só à espera das ordens de acção. Agora tem que pensar, planificar e é isto que está a acontecer.

P: Senhor vice-ministro, quando é que o Governo espera que as províncias tenham o processo de descentralização já a vigorar a 100 por cento?

VMEC - Eu disse que está em curso. O problema não é só dinheiro. É preciso, também, descentralizar competências. Os governadores, os administradores podem recrutar técnicos de níveis superiores para a execução daquilo que antes só podia ser na capital. Hoje são a níveis das províncias.

P: Senhor vice-ministro, a questão da agenda, liderança e mudança, em que ponto está?

VMEC- Isto está a acontecer. Quer dizer, não haverá um dia em que o país vai parar, para celebrar isso. Uns estão mais avançados que os outros, ou um pouco atrás, mas a instrução é que todos devem correr.

P: Senhor vice-ministro, será que se constatou que alguns governantes não cumprem com zelo a sua situação de chefia?

VMEC: Estou a dizer que não é suficiente noutros níveis. Também não se disse que não havia líderes e só havia chefes que não são líderes e líderes que não são chefes. Isso foi tratado no sentido de dizer aos participantes que é fundamental aquele que está à frente numa instituição aprender práticas que o elevem à categoria de líder, porque líder é aquele que arrasta, é aquele a quem os subordinados depositam confiança e acreditam no caminho que ele aponta como certo. O líder tem seguidores e o chefe não. É isso que se pretende. Um chefe é um bom dominar das rotinas da instituição, da parte técnica. Mas, o líder tem a capacidade de levar consigo à meta todos os seus seguidores, porque você aponta o caminho correcto. Essas são qualidades adicionais que um chefe precisa. As qualidades que facilitam a execução, dão entusiasmo e fazem com que as pessoas se entreguem decididamente a um projecto.

P: Senhor vice-ministro, algum governante, daqueles que se presume tenham desviado os fundos doados, será responsabilizado?

VMEC: O objectivo efectivamente, é que foi um momento de aprendizagem, que é útil. Por outro lado, os procedimentos criminais têm outros fóruns. Se alguém roubou dinheiro ou desviou, isso não é tratado a este nível.

P: Mas essas pessoas serão responsabilizadas ou não?

VMEC: Desculpe, mas nós não estamos a analisar relatórios de contas ou prestação de contas. Era uma reunião mais política, de definição de estratégias, na qual viu-se que no processo de descentralização, todos os recursos ficam na capital, enquanto são necessários nas provinciais ou o processo de passagem desse recurso para as províncias mas é extremamente lento. O que esteve a ser discutido é a implementação dos processos que facilitam a entrega, a disponibilização de recursos a nível provincial e distrital. O problema é termos concentração de recursos financeiros, materiais e humanos nas províncias e na capital. Viu-se que tudo ficava concentrado nos ministérios (em Maputo) e, na base, os governos locais não actuam ao ritmo desejado, porque há bloqueio e é esse bloqueio que está sendo removido.

Muito Obrigado ×